

JANEIRO 2024

65ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Lewandowski na Justiça premia antilavajatismo e viés progressista na segurança

Fracassos no cinema, ações em baixa, brigas políticas: o terrível ano da Disney

Editorial: a “democracia” do palanque está muito distante da democracia real

Índice

Editorial: A “democracia” do palanque está muito distante da democracia real **03**

Luiz Phillippe de Orleans e Bragança: Gabinetes do Ódio: de MAVs a Mynd8 **10**

Deltan Dellagnol: A verdade inconveniente sobre o 8 de janeiro **21**

Lewandowski na Justiça premia antilavajatismo e viés progressista na segurança **33**

Facção transforma prisões do Equador em centros de recrutamento para o crime **43**

Quem é Bill Ackman, o bilionário que declarou guerra à elite acadêmica dos EUA **51**

Fracassos no cinema, ações em baixa, brigas políticas: o terrível ano da Disney **63**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS

LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Alexandre de Moraes abraça Lula durante evento para relembrar o 8 de janeiro. | Foto: Lula Marques / Agência Brasil

EDITORIAL

A “democracia” do palanque está muito distante da democracia real

O evento realizado no Congresso Nacional para marcar o primeiro aniversário dos atos de 8 de janeiro de 2023, com a participação dos chefes

dos três poderes da República, pouco mais de uma dezena de governadores amigos, parlamentares aliados e outras autoridades, cumpriu à risca o roteiro esperado e que levou os políticos de oposição a ignorar a cerimônia, intitulada “Democracia inabalada”. Foi um espetáculo de autopromoção do governo Lula, de demonização de todos aqueles que ousam ter uma posição político-ideológica divergente – tenham ou não qualquer relação com a invasão dos edifícios da Praça dos Três Poderes – e de defesa de plataformas que estão bastante distantes daquilo que a democracia real significa.

Quando os discursos trataram da punição aos manifestantes presos em flagrante na praça, ainda no dia 8, ou no acampamento diante do quartel-general do Exército, no dia 9, as falas se

pareceram mais com a exortação de comandantes que pedem a suas tropas que não tenham misericórdia do inimigo que com o necessário repúdio à invasão combinado com a defesa dos direitos dos réus. As referências a “terrorismo” e “terroristas” estiveram presentes nas falas do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e de Lula, que ainda falou em “punição exemplar” dos manifestantes, mote que foi bastante repetido e que atingiu seu ponto máximo na fala da governadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, que se referiu às prisões e condenações como “ato pedagógico”.

No entanto, se o tratamento judicial do 8 de janeiro é exemplo de algo, não é de democracia, mas de arbítrio. A esquerda que defende o garantismo penal e pede “desencarceramento”

quando se trata de bandidos reais fechou os olhos ao fim do princípio do juiz natural, à abolição do direito à ampla defesa e à eliminação da necessidade de individualização da conduta, e aplaudiu as prisões preventivas mantidas sem motivo algum, as condenações sem provas que ligassem os réus aos delitos de que eram acusados. Nada disso é característico de uma democracia digna do nome; no máximo, ela existe nas “democracias relativas” dos carniceiros latino-americanos que Lula tanto adora, e que qualquer pessoa de bom senso não hesita em chamar do que são: ditaduras cruéis.

Outra vítima dos discursos no Congresso Nacional foi a liberdade de expressão. Previsivelmente, os maiores defensores do cabresto amplo, geral e irrestrito foram Lula – cujo velho discurso de “regulamentação da

mídia” agora saltou para as mídias sociais – e o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral que, nos últimos tempos, foi o responsável direto por uma série de decisões que trouxeram de volta o fantasma da censura, inclusive a censura prévia. Brasileiros foram privados de seus perfis sem terem cometido crime algum; conteúdos foram impedidos de estrear em plataformas de vídeo e outros foram forçados a sair do ar ainda que não tivessem informação falsa, graças ao conceito de “desordem informacional”, inventado no calor do momento para justificar a remoção.

Nada disso, no entanto, foi alvo de crítica, pelo contrário: o “novo populismo digital extremista” foi classificado por Moraes como “um dos grandes perigos modernos da democracia”, exigindo uma “neutralização”, e

Lula afirmou que “nossa democracia estará sob constante ameaça enquanto não formos firmes na regulação das redes sociais”. Em outras palavras, nessa visão peculiar de “democracia” é preciso controlar quem pode falar e o que pode ser dito, como aliás já vem sendo feito graças aos tribunais superiores, que se atribuíram superpoderes inconstitucionais e já dispensam até a necessidade de serem provocados, podendo agir por conta própria para ordenar a remoção de conteúdos que considerar inconvenientes.

Nada disso é democracia digna do nome. A verdadeira democracia não se resume a eleições limpas e a um “ambiente livre de golpe”. Ela pressupõe respeito às liberdades e garantias democráticas, proteção firme da liberdade de expressão, respeito ao devido processo legal e à

ampla defesa, tribunais que façam justiça e não justicamento, mas nada disso existiu antes, durante e depois do processo eleitoral, muito menos na sequência do 8 de janeiro, cuja repressão está bem distante da investigação séria e responsabilização dos verdadeiros culpados, que a Gazeta do Povo defendeu já no dia das invasões. A única coisa que sai inabalada do 8 de janeiro de 2024 no Congresso é a disposição em fazer o arbítrio soar como “democracia”.



[Voltar ao índice](#)

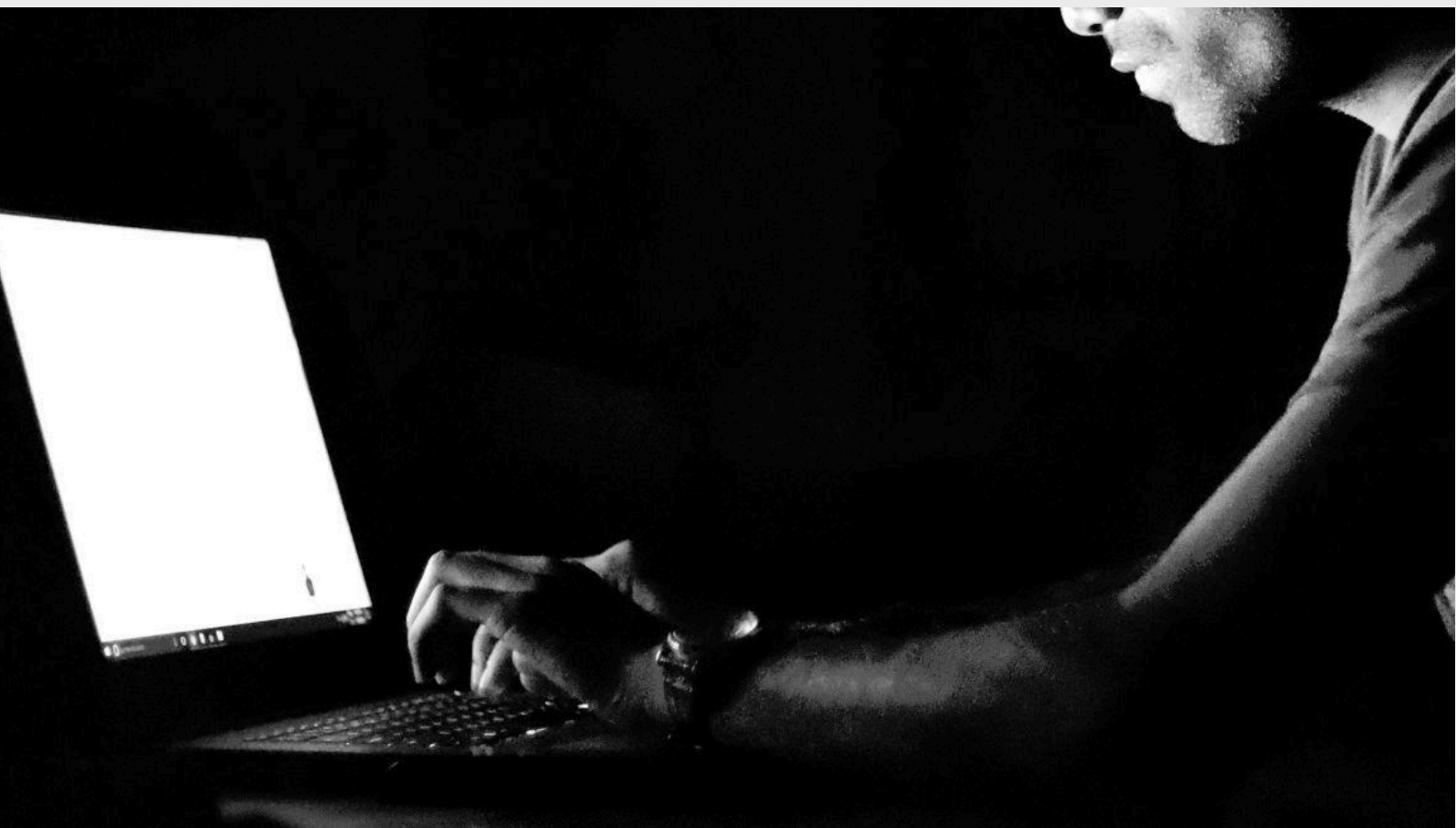


Foto: Pixabay

OPINIÃO

Luiz Philippe Orleans e Bragança

Gabinetes do Ódio: de MAVs a Mynd8

Há décadas a esquerda combate a censura. E há décadas, sempre que assumiu o poder, praticou a censura o quando pôde. Essa diretriz já era

clara para o movimento comunista desde o Manifesto Comunista de 1847. Nele, fica explícito que a concentração da comunicação nas mãos do estado é tão vital para o processo comunista quanto o fim da propriedade privada. Chegamos à segunda década do século 21 e podemos fazer a seguinte pergunta retórica: Quem inventou as patrulhas digitais, o cangaço virtual que trouxe as práticas da imprensa marrom, as fake news e a censura para a internet? Acertou quem respondeu que foi a esquerda. Desde 2010 a esquerda criou mecanismos para espionar, caluniar, apagar comentários, inventar notícias, sujar biografias e assassinar reputações. Até agora.

Para refrescar a memória de quem viveu a era do primeiro governo Lula/ Dilma/Temer, ou ainda contar os fatos que ocorreram a quem não

tinha nem idade para viver aquele pesadelo, vamos voltar a 2011.

MAVs, os guerrilheiros virtuais

Em setembro daquele ano, no 4º Congresso do PT, a executiva decidiu montar uma "patrulha virtual" e treinar militantes para fazer propaganda e criticar opiniões em sites de notícias e redes sociais como Twitter e Facebook. O plano incluía promover cursos e editar um "manual do tuiteiro petista", com táticas para a guerrilha na internet. A ideia era recrutar a tropa a tempo de atuar nas eleições municipais de 2012, e ao mesmo tempo marcar território nos meios de comunicação recorrendo a militantes amadores, uma vez que a profissão de jornalista ainda não havia sido desregu-

lamentada, o que viria a ocorrer no governo Dilma. Saberemos adiante por quê.

Os núcleos de Militância em Ambiente Virtual (MAV) começaram com o treinamento de membros do próprio partido e depois se expandiram para capacitar jornalistas e blogueiros em número suficiente para subverter opiniões em todas as redes. O centro de decisões daquele congresso de 2011 era, por isso, a defesa da regulamentação dos meios de comunicação. O escolhido para levar adiante o projeto foi Adolfo Pinheiro, coordenador de campanha de Aloizio Mercadante ao governo de São Paulo em 2010. Ele entregou a Rui Falcão, então presidente do partido, uma série de propostas de atuação para os militantes virtuais do MAV, dentre elas espalhar núcleos do MAV por todo o país, treinar militantes para repetir palavras de

ordem e usar janelas de comentários de blogs e portais noticiosos para contestar notícias que julgassem negativas contra o PT.

O plano, entretanto, só se efetivou com a criação da Agência de notícias do PT, em 2014, por iniciativa de Dilma, que obteve apoio dos próprios sindicatos para desregulamentar a profissão de jornalista, dispensando o diploma para o seu exercício. Os meios de comunicação tradicionais comemoraram, pois o Ministério do Trabalho não seria mais um entrave para a contratação de indicados, muitas vezes sem experiência, talento e por salários muito mais baixos.

Ao mesmo tempo, houve uma corrida da esquerda em busca de jornalistas desempregados, a quem foram oferecidas oportunidades

de recolocação nos núcleos do MAV, evidentemente. Foi criada, enfim, a tropa de choque para a geração de narrativas na internet. As tentativas de censura firmadas no congresso de 2011 também fazem parte do próprio programa do partido, com destaque para a criação de um Conselho Federal de Jornalismo e de mecanismos de restrição à liberdade de pensamento, ambas rejeitadas pela sociedade e pelo congresso na época. Mas eles não desistiram.

Os MAVs foram responsáveis, inclusive, por tentar transformar o legítimo impeachment de Dilma, acusada de dilapidar os cofres públicos e dar “pedaladas fiscais”, no mote monocórdico do golpe: “Foi gópi!”. Os sites e blogs que diminuíram os números de manifestantes nas ruas, em 2016, por ocasião do mesmo

impeachment, faziam parte dos MAVs. No governo Dilma, com o caixa reforçado, eles receberam um bem-vindo apoio de veículos que eram favorecidos por verbas para fazer o mesmo serviço sujo, a peso de ouro, que os filiados faziam de graça e como massa de manobra. Dilma, a guerrilheira, recrutou seus iguais para fazer o mesmo que vemos hoje.

E quando a festa da Dilma acabou em impeachment, Temer desmobilizou milhares de MAVs que foram prontamente absorvidos pelos prefeitos e governadores da esquerda para garantir continuidade. Por isso que é importante para a sociedade rever quem ela elege para os cargos executivos locais, pois tudo que fica impedido no nível federal é rapidamente repassado ao nível local.

Mynd8, os novos militantes digitais

De volta para o presente, não surpreende o escândalo promovido por essa agência de mídias sociais, que tem em sua administração artistas ligados à esquerda e desconhecidos que magicamente receberam mais de 1 milhão em contratos do governo, entre 2014 e 2023. A Mynd8 também trabalhou na campanha de Lula em 2022, e em fevereiro daquele ano fechou negócios com o ocupante do Planalto, em reunião com outros influenciadores de esquerda. No governo Bolsonaro, essa agência recebeu apenas dois contratos que somaram pouco mais de 49 mil reais.

Em seu perfil, a dona da agência se orgulha de revelar que administra mais de 400 páginas, a maioria de fofocas - o que é ironicamente

significativo - e que 7 a cada 10 internautas acessam as suas páginas. Em 2022 a Mynd8 foi acusada de extorsão por outros canais de fofocas que, obviamente, não eram seus “clientes”. Revivendo os tempos da imprensa marrom, a agência exigiu 35 mil reais de um internauta, que nem era famoso, para cancelar o cancelamento que ela mesma tinha promovido por meio de suas páginas.

Um verdadeiro cartel de cancelamento, que teve sua descoberta devido ao trágico acontecimento da jovem Jéssica Vitória Canedo, que se suicidou depois de sofrer difamação em mais de 30 páginas sob o guarda-chuva da Mynd8: repercutiram o mesmo texto difamatório e falso, mesmo depois de apelos da jovem e de sua mãe. Após o ocorrido, claro, houve uma corrida

da empresa para apagar tanto páginas como comentários no perfil da estudante.

O caso deve tramitar na justiça, mas é na sociedade que está a cura. Essas tragédias vêm desvendar práticas subversivas, mas também servem para inocular a sociedade, para que ela desenvolva anticorpos contra as redes de controle que esse tipo de governo sempre irá criar. E mesmo que a Mynd8 desapareça, uma nova organização tomará seu lugar, pois para a esquerda marxista, a “revolução continua”.

As descobertas de vínculo da Mynd8 com o governo podem gerar Impeachment? Ou Impugnação de chapa? Uma CPI honesta ajudaria na descoberta de mais detalhes, o que já é esperar muito. Em seguida, uma justiça eleitoral idônea também poderia fazer, pas-

mem, justiça quanto à criação e as práticas de tais organizações durante o período eleitoral. Nesse caso, podemos chamar de esperar o impossível.

De qualquer forma, a sociedade ganha com a exposição deste caso – e é isso que a história sempre comprova: quando uma sociedade perde o medo do seu ditador, o ditador está em apuros.



Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança é deputado federal por São Paulo, descendente da família imperial brasileira, trineto da princesa Isabel, tetraneto de d. Pedro II e pentaneto de d. Pedro I. Graduado em Administração de Empresas, mestre em Ciências Políticas pela Stanford University (EUA), com MBA pelo Instituto Européen d'Administration des Affaires (INSEAD), França. Autor dos

livros “Por que o Brasil é um país atrasado”, “Antes que apaguem”, “A Libertadora – Uma Nova Constituição para o Brasil” e “Império de Verdades”. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo



[Voltar ao índice](#)



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

OPINIÃO

Deltan Dellagnol

A verdade inconveniente sobre o 8 de janeiro

No aniversário de um ano do 8 de janeiro, sobraram narrativas de que o Brasil quase sofreu um golpe de Estado na festa lulista

chamada “Democracia inabalada”, mas a verdade inconveniente é que não houve golpe e nem tentativa de golpe naquele fatídico domingo. Apenas 18,8% dos brasileiros acreditam que o 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe de Estado, segundo a pesquisa mais recente da Atlas Intel.

Aldo Rebelo, que foi deputado federal por 5 mandatos, presidente da Câmara dos Deputados e ministro dos 4 governos Lula e Dilma, com passagem inclusive pela pasta da Defesa, contestou em entrevista ao Poder360 a narrativa do establishment de que o 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe, classificando-a corretamente como uma “fantasia”. Como ninguém pode acusar Aldo Rebelo de ser bolsonarista ou da direita conservadora, a

opinião dele sobre esses fatos carrega um peso ainda maior.

Segundo Aldo Rebelo, dizer que houve uma tentativa de golpe de estado é uma estratégia petista de acirrar a polarização política, e assim trazer benefícios eleitorais ao PT. “É óbvio que aquela baderna foi um ato irresponsável e precisa de punição exemplar para os envolvidos. Mas atribuir uma tentativa de golpe àquele bando de baderneiros é uma desmoralização da instituição do golpe de Estado”, comentou.

Ele ainda lembrou um ataque às instituições parecido que enfrentou durante seu mandato na presidência da Câmara dos Deputados, quando o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) invadiu a Câmara, depredou o

patrimônio público e deixou dezenas de pessoas feridas, uma delas em estado grave.



Como ninguém pode acusar Aldo Rebelo de ser bolsonarista ou da direita conservadora, a opinião dele sobre esses fatos carrega um peso ainda maior

“Eles levaram um segurança para a UTI, derrubaram um busto do Mario Covas. Eu dei voz de prisão a todos. A polícia os recolheu e eu tratei como o que eles de fato eram: baderneiros. Não foi uma tentativa de golpe. E o que houve em 8 de janeiro é o mesmo”, finalizou, expressando mais bom senso do que a maioria dos ministros do Supremo. Aldo Rebelo tem razão: não houve tentativa de golpe ou abolição violenta do Estado Democrático de

Direito. Esta é a primeira verdade inconveniente.

Tudo que veio à tona até agora indica que o que houve de fato no 8 de janeiro foi depredação, vandalismo e, por parte de um conjunto de pessoas, incitação ao golpismo. Este último delito, de incitação ao crime, é muito menos grave e tem penas muito mais baixas do que os de golpe ou abolição do Estado. Querendo punir os manifestantes bolsonaristas exemplarmente, o STF os linchou. Em vez de pedras, foram atirados sobre eles crimes muito mais graves, que não praticaram, com penas surpreendentes.

Esta, aliás, é uma segunda verdade inconveniente: o STF está praticando uma sucessão de imensos abusos judiciais nos inquéritos e ações contra os manifestantes e, para não

ruírem como um castelo de cartas mal construído, está mantendo tudo debaixo de sua alçada artificialmente, exercendo uma competência que não possui. Com isso, o tribunal retira-lhes o direito de recorrer.

De fato, o que há, no STF, são inúmeros abusos judiciais contra os réus do 8 de janeiro: neste artigo eu aponto apenas 10 problemas, mas poderia apontar inúmeros outros desde então, como as 32 prisões mantidas há um ano sem denúncias e a absurda entrevista em que Moraes revela a existência de um plano homicida contra ele, o que deveria gerar a nulidade imediata.



Querendo punir os manifestantes bolsonaristas exemplarmente, o STF os linchou

Uma terceira verdade inconveniente é que muita gente, inclusive e talvez principalmente na imprensa, embarcou na narrativa de golpe de Estado porque ela serve para enfraquecer a direita conservadora, mas especialmente Jair Bolsonaro, de quem os progressistas (e a maioria dos jornalistas se identifica como progressista ou de esquerda) não gostam. Daí vale tudo, legitimam-se os abusos do STF e o impacto deles na vida dos milhares de réus esmagados por toda a força do aparato estatal se torna mero dano colateral.

Ao mesmo tempo, boa parte dessas pessoas enxerga uma oportunidade de fortalecer a esquerda, que agora pode se dizer protetora, defensora e salvadora da democracia, quando a realidade é que uma grande parte dela, inclusive Lula, alia-se às piores e mais sanguinárias

ditaduras ao redor do mundo, ou até mesmo a grupos terroristas como o Hamas. Isso sem falar na macrocorrupção política usada para monopolizar o poder, o que foi uma forma descarada de o PT fraudar a democracia.

Uma quarta verdade inconveniente é que o silêncio dos autodesignados “garantistas” diante dos abusos do STF prova que a grande maioria deles de garantistas não têm realmente nada. Quando criticavam a Lava Jato, faziam por conveniência. Muitos deles apoiaram ou até integram o governo de Lula. Grande parte deles estava simplesmente defendendo seus corruptos de estimação ou fazendo lobby para anular casos e ganhar fortunas.

Depois dessas verdades inconvenientes, é importante falar de uma hipótese inconve-

niente, que deve ser cabalmente investigada. Do mesmo modo como se deve ainda esclarecer se houve e como funcionou a coordenação dos protestos marcados para aquele domingo, deve-se apurar se o governo federal se omitiu propositalmente e permitiu os atos para colher dividendos políticos, como agora vemos Lula fazer sem qualquer vergonha, colocando-se como o salvador da democracia.

A hipótese de que o governo federal se omitiu encontra eco até mesmo entre os grandes nomes do PT. O mensaleiro José Dirceu, um dos petistas mais próximos de Lula, disse o seguinte em uma entrevista a um portal de esquerda: “Tudo indica que a polícia legislativa colaborou, que a polícia militar colaborou, e que houve uma desídia, uma omissão ou no mínimo um erro grave de parte dos organismos res-

ponsáveis pela segurança do Distrito Federal, tanto o Ministério da Justiça quanto o governo do Estado”.

É isso mesmo que você leu: José Dirceu suspeita de que houve omissão do Ministério da Justiça de Flávio Dino, recém-promovido por Lula a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como José Dirceu também não pode ser acusado por ninguém de ser bolsonarista ou da direita conservadora, a opinião dele sobre o papel do governo federal no 8 de janeiro chama atenção por ir na contramão de todo o esforço petista de colocar na cabeça das pessoas que houve golpe.



A hipótese de que o governo federal se omitiu encontra eco até mesmo entre os grandes nomes do PT

Entretanto, a hipótese de omissão proposital do governo, não está sendo investigada em nenhum lugar, muito menos pelo STF: quando o ministro André Mendonça ousou falar disso no plenário do Supremo, foi fortemente atacado por um irritado Alexandre de Moraes, que não pode nem ouvir falar em responsabilizar o ministro Flávio Dino pelas graves falhas de segurança naquele dia – um Flávio Dino, aliás, que foi apoiado pelo primeiro para se tornar o mais novo ministro no tribunal.

O que tudo isso revela é que o Brasil está a uma longa distância de ter um Estado de Direito. Vemos o Direito ser usado como instrumento do

poder, sendo manipulado conforme interesses, vontades e conveniências políticas. E a cereja do bolo de tudo isso é o uso político do 8 de janeiro para regulamentar as redes sociais, objetivo esse que não foi sequer escondido por nenhum dos carnavalescos da festa chamada “Democracia inabalada”. Diante dessas verdades inconvenientes, o receio é que essa regulação sirva, na verdade, para censurar quem ousar se opor aos donos do poder.



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam,

necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Ricardo Lewandowski era cotado para assumir cargo no primeiro escalão de Lula desde o início do mandato | Foto: Isac Nóbrega/PR

O "NOVO" FLÁVIO DINO

Lewandowski na Justiça premia antilavajatismo e viés progressista na segurança

Por Renan Ramalho

A escolha de Ricardo Lewandowski para comandar o Ministério da Justiça e da Segurança

Pública confirma, mais uma vez, o critério adotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, neste terceiro mandato, de colocar pessoas em quem deposita alta confiança em cargos que, nas mãos de alguém sem tanta proximidade, poderiam representar o risco para si e seus aliados.

A preferência por gente com quem Lula pode contar nos momentos mais difíceis já havia se materializado na indicação de seu advogado, Cristiano Zanin, e do agora ex-ministro da Justiça Flávio Dino, para o STF. Ambos ajudaram Lula quando ele foi condenado e preso pela Lava Jato e, também em razão disso, combateram a operação.

O mesmo se dá com Lewandowski, o ministro do STF que mais se opôs à Lava Jato durante

toda sua existência: em seu início e auge, entre 2014 e 2018, e no processo de sua demolição, da qual foi figura-chave, a partir de 2019. Sua participação foi crucial nas decisões fundamentais que destruíram as investigações e que beneficiaram diretamente Lula: fim da prisão em segunda instância, anulação dos processos por incompetência e suspeição do ex-juiz Sergio Moro, transferência dos casos para a Justiça Eleitoral e invalidação das provas da Odebrecht.

No final de 2020, ele ainda deu à defesa de Lula acesso integral às conversas privadas mantidas por anos entre o ex-procurador Deltan Dallagnol, sua força-tarefa e Moro. O material foi captado ilegalmente por hackers e usado à exaustão por Lula e diversos políticos para desmoralizar a Lava Jato e anular um número cres-

cente de inquéritos e ações penais por corrupção.

Com Lewandowski no comando do Ministério da Justiça – que abriga a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), a Secretaria Nacional de Políticas Penais (antigo Depen, que cuida da questão penitenciária) – Lula espera ter um aliado que não lhe traga más surpresas, seja impedindo que nasça uma nova Lava Jato, seja tentando evitar que uma possível explosão da criminalidade no país atinja a imagem do governo e sua popularidade.

Para isso, Lula aposta na boa imagem de Lewandowski construída no mundo jurídico e político. Nos últimos anos, especialmente

depois que presidiu o STF, o ministro aposentado conquistou maior prestígio nesses meios, a ponto de refazer pontes com antigos desafetos, como o atual decano Gilmar Mendes, e atuar afinado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com Alexandre de Moraes, outro ministro que conquistou grande poder no período recente no enfrentamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e seu grupo.

Apesar de ter mantido postura cordial nos contatos que teve com Bolsonaro em seu mandato – a ponto de, ao lado dele, subir no púlpito de uma igreja evangélica e discursar em homenagem a André Mendonça, quando este teve o nome aprovado para o STF –, Lewandowski foi peça-chave no cerceamento da propaganda eleitoral do ex-presidente em 2022. Nos julgamentos, ele teve atuação decisiva para proibir

que Bolsonaro ou seus apoiadores associassem Lula à corrupção, ao crime e à antipatia aos valores cristãos e tradicionais.

Antes do segundo turno, ao votar pela remoção das redes de um vídeo que rememorava escândalos de corrupção do PT, ele afirmou que “o cidadão comum não está preparado para receber esse tipo de desordem informacional”. Quase sempre, nas sessões, Lewandowski dava o primeiro voto contra Bolsonaro, sendo logo seguido por Benedito Gonçalves, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes, formando então maioria.

O apoio a Lula e ao PT já havia sido demonstrado desde o julgamento do mensalão, em 2012, quando Lewandowski foi revisor da ação penal e votou contra a condenação dos principais nomes do partido. O apoio atravessou a Lava

Jato e se consolidou na oposição à campanha eleitoral de Bolsonaro e ao seu governo.

Lewandowski deve tentar reverter políticas de Bolsonaro no Ministério da Justiça

No STF, Lewandowski sempre votou contra as principais bandeiras do ex-presidente, de acesso a armas a liberalização na economia. Na pandemia, foi relator e acolheu ações da oposição para forçar o governo a adquirir e distribuir vacinas contra a Covid. No quesito “antibolsonarismo”, portanto, Lewandowski pode ser tão eficiente quanto foi Flávio Dino no Ministério da Justiça para drenar a direita ligada ao ex-presidente e seu programa político. Isso tende a ser demonstrado, sobretudo, no problema da segurança pública.

Lewandowski é o antípoda de Bolsonaro no tema: defende persistentemente o desencarceramento de presos e o desarmamento civil, por exemplo. Quando presidiu o STF e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2014 a 2016, Lewandowski nacionalizou a audiência de custódia – procedimento que leva presos em flagrante à presença de um juiz em 24 horas, para avaliar a legalidade do ato; na prática, muitos acabam soltos imediatamente.

Na questão das armas, Lewandowski votou em setembro de 2022 para derrubar decretos de Bolsonaro que facilitavam posse, porte e a compra por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Em novembro daquele ano, quando Bolsonaro já havia perdido a reeleição, ele disse num evento com empresários que a quantidade de armas em circulação entre civis

era “absolutamente desproporcional aos eventuais perigos que as armas querem afastar”.

No mesmo discurso, durante um fórum promovido pelo grupo Esfera Brasil, ele disse: “precisamos caminhar para o desencarceramento. Os presídios são escolas de criminalidade”. Lewandowski se orgulha de, quando presidente do Conselho Nacional de Justiça, ter lançado um aplicativo para que juízes monitorem o cumprimento de penas, para evitar que condenados passem mais tempo que o fixado na sentença, e também de ter criado um programa de saúde nos presídios.

Para interlocutores próximos, Lewandowski deve aprofundar tais orientações no Ministério da Justiça. Seu maior problema, no entanto,

deve ser a aprovação de medidas assim no Congresso, onde a bancada da segurança, de direita, tem tentado conter a reversão das políticas de Bolsonaro. Quem é próximo do ministro aposta, no entanto, que ele pode ser mais hábil que Flávio Dino para driblar seus opositores, pois, ao contrário do antecessor, não é dado a provocações e deboches em relação à direita em entrevistas e audiências públicas.

Apesar de compartilhar visão muito parecida no campo político e ideológico, Lewandowski tem um estilo mais discreto, sutil e simpático quando diverge de alguém num debate.



[Voltar ao índice](#)



Protesto de prisioneiros em Guayaquil, em agosto. | Foto: EFE/Jonathan Miranda

LOS CHONEROS

Facção transforma prisões do Equador em centros de recrutamento para o crime

Por Isabella de Paula

O Equador vive uma crise interna sem precedentes desde o final de semana, quando o chefe de uma grande facção criminosa envolvida com

o tráfico de drogas, os Choneros, fugiu da prisão e uma série de ataques ligados ao crime organizado incendiou o país, resultando na morte de ao menos 10 pessoas, sendo dois policiais, e num decreto de estado de emergência com duração de 60 dias, anunciado pelo presidente, Daniel Noboa.

A gangue liderada pelo foragido José Adolfo Macías, também conhecido como "Fito", surgiu no final da década de 1990, na cidade de Chone, localizada na província de Manabí, região oeste do Equador, e é considerada uma das mais consolidadas organizações criminosas em atuação no país, sendo fortemente associada ao cartel de Sinaloa, no México, grande produtor e distribuidor de cocaína para o mundo.

O fundador do grupo foi Jorge Busmarck Véliz España, chamado pelo apelido de “Teniente España”, que iniciou sua carreira criminosa como um pequeno traficante de drogas e viu o negócio crescendo à medida que sua carreira avançava. De acordo com o Think Tank Insight Crime, Teniente España expandiu seu território e operação, chegando a controlar as rotas internacionais de tráfico de drogas nas praias de Manta, no Equador, uma cidade costeira do Pacífico em Manabí.

No início dos anos 2000, os Choneros ganharam maior visibilidade no crime organizado ao entrarem em confronto com rivais para manter o controle sobre as rotas do tráfico de droga no Pacífico. Na época, o principal concorrente do grupo eram os Queseros, que fomentaram o uso da violência pelos Choneros, depois que os con-

flitos entre as partes culminaram no assassinato da esposa de Teniente España, crime orquestrado pelo líder do grupo inimigo, Carlos Vera Cedeño. A partir do acontecimento, os Choneros foram responsáveis por dezenas mortes de membros de Los Queseros, incluindo Cedeño. Em 2007, España foi morto em um confronto com Los Queseros em Santo Domingo.

A morte do líder desencadeou uma forte crise na organização criminosa, que sofreu um revés à medida que operações policiais e assassinatos realizados por gangues rivais destituíram diversos líderes que assumiram a facção.

Quando as autoridades começaram a investigar o grupo, há décadas, ele era considerado um braço armado de um cartel de droga colombiano que controlava rotas de tráfico marítimo de

entorpecentes do Pacífico para o México e os EUA. Com o passar dos anos, as detenções de lideranças do grupo transformaram o sistema penitenciário em um importante centro de gestão do crime organizado e recrutamento de membros, dando espaço para uma maior autonomia da gangue dentro do Equador.

Esse movimento começou com Jorge Luis Zambrano, conhecido como "Rasquiña", que assumiu o comando dos Choneros após a morte de Teniente España, iniciando uma década de transição para o grupo com sua prisão. À medida que mais membros de gangues eram presos, Rasquiña distribuía ordens mesmo atrás das grades, transformando os Choneros em uma gangue de prisão, embora o grupo também mantivesse sua presença nas ruas do Equador.

Desde 2011, os Choneros se destacam como uma das gangues prisionais mais perigosas do país, mantendo milhares de integrantes em todo o Equador. Estima-se que, atualmente, cerca de 12 mil criminosos integrem a organização. O grupo também possui operações em várias cidades, onde se envolve no microtráfico, com assassinatos por encomenda, extorsão e contrabando.

As tentativas do governo equatoriano de controlar a violência provocada por organizações criminosas nas prisões dão cada vez mais fôlego ao crescimento dos Choneros, que conquistam a lealdade e influência de outras facções menores. Apesar disso, um fator que se tornou um obstáculo para o grupo é a crise de liderança, uma vez que diferentes chefes do

tráfico assumiram o crime organizado, sendo muitos eliminados pela polícia ou por inimigos.

A série de disputas internas para assumir a chefia da organização tem ameaçado o legado de poder da facção, criada há mais de uma década no país. Em 2021, o grupo se tornou alvo de uma associação de gangues menores, incluindo várias de suas antigas alianças, como os Tiguerones e os Chone Killers.

Nos dois últimos anos, os Choneros também perderam influência após a ascensão dos Lobos, que atualmente é a principal concorrente da gangue equatoriana. A facção rival se uniu a outros inimigos no crime organizado, os Tiguerones e os Chone Killers, assumindo o controle das rotas de tráfico de drogas que antes pertenciam aos Choneros.

Grande parte dos fundadores dos Choneros foi exterminada, como Jorge Luis Zambrano, o “Rasquiña”, assassinado em dezembro de 2020, e Junior Roldán, ou “JR”, morto em maio de 2023. Hoje, a organização criminosa é liderada por José Adolfo Macías Villamar, o “Fito”, que também integrou desde o início o grupo.

Ele continua sendo um dos gangsters mais proeminentes do Equador, apesar de sua detenção há mais de uma década, administrando o tráfico de drogas de dentro da prisão, em Guayaquil, de onde fugiu no último domingo (7). Não há informações claras de quem lidera o grupo de fora da prisão atualmente.



[Voltar ao índice](#)



Bill Ackman, em depoimento ao Senado americano em 2016: crítica ao progressismo radical. | Foto: Reprodução/Senate Democrats

ELITE ACADÊMICA

Quem é Bill Ackman, o bilionário que declarou guerra à elite acadêmica dos EUA

Por Gabriel de Arruda Castro

Antes de 7 outubro de 2023, o bilionário Bill Ackman gastava a maior parte do tempo discu-

tindo oportunidades de investimento e inovações tecnológicas, intercaladas com comentários esparsos sobre política. Sua página na rede social X, com mais de 1 milhão de seguidores, refletia essa hierarquia de interesses.

Mas os ataques brutais do Hamas a civis israelenses — e a reação chocante da ala mais radical da esquerda americana — mudaram as prioridades de Ackman rapidamente. Agora, ele está em uma guerra aberta contra a administração do MIT, o prestigioso Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Ackman — um judeu novaiorquino de centro-esquerda com um histórico de doações ao Partido Democrata — quer mostrar como a ideologia radical corrompeu as instituições de

ensino mais tradicionais dos Estados Unidos. E ele não está sozinho.

Quem é Bill Ackman

Dono de uma fortuna de US\$ 4 bilhões (R\$ 19,5 bilhões), Bill Ackman está entre as 800 pessoas mais ricas do mundo de acordo com a revista Forbes. Ele é dono Pershing Square Capital Management, uma administradora de investimentos no mercado financeiro.

Ackman conhece a elite universitária americana de perto: ele se formou em Harvard, onde também obteve um MBA. A mulher dele, Neri Oxman, é doutora pelo MIT e já deu aula na instituição.

O bilionário também transita bem entre as elites do Partido Democrata, embora mais recentemente tenha demonstrado interesse nas candidaturas do independente Robert Kennedy Jr. e do republicano Vivek Ramaswamy à Casa Branca.

Ackman não é a pessoa mais modesta do mundo — a ponto de compartilhar uma imagem de si mesmo como um general romano à frente de suas tropas. O bilionário também faz parte da pequena lista de pessoas capazes de escrever uma postagem com mais de 24 mil caracteres no X. Por outro lado, ele é um bom frasista. Comentando a queda na procura de estudantes por Harvard, Ackman escreveu que “construir uma reputação leva 400 anos, mas destruí-la leva apenas alguns meses.”

Reação a antissemitismo

Os ataques terroristas de 7 de outubro foram celebrados por parte da esquerda radical americana, que se manifesta sobretudo nos campi universitários. Em passeatas e eventos logo após a ofensiva do Hamas, estudantes e professores declararam apoio à erradicação do estado de Israel sem que fossem punidos pelas instituições de ensino. É como se a preocupação quase paranoica dos progressistas com os assuntos de raça e etnia não se aplicasse aos judeus.

O caso chegou ao Congresso americano, que convocou representantes de algumas instituições universitárias de elite. Em depoimento à Câmara dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados) no dia 5 de dezembro, as reitoras de Harvard e da Universidade da

Pensilvânia foram incapazes de condenar diretamente a defesa do genocídio do povo israelense. A reitora do MIT não se saiu muito melhor.

As consequências foram desastrosas para a presidente da Universidade da Pensilvânia, Liz McGill, que renunciou seis dias depois. A de Harvard, Claudine Gay, só abriu mão do cargo em 2 de janeiro, já imersa em outro escândalo: o de que ela plagiou outros autores em sua tese de doutorado e em artigos científicos.

O episódio expôs o fracasso dos programas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI, na sigla em inglês) das universidades americanas. Os programas, que se tornaram onipresentes na última década, têm como objetivo declarado o combate à discriminação. Mas muitos deles se

omitiram diante de casos concretos de ameaça contra estudantes judeus.

Acusação de plágio contra a mulher e guerra contra o MIT

Ackman já havia reagido publicamente ao antissemitismo em Harvard e no MIT nos dias que se seguiram ao ataque do Hamas. Mas a declaração de guerra contra o comando das universidades aconteceu na última semana, depois do que ele considerou um ataque pessoal.

A página de notícias Business Insider publicou acusações de plágio contra a mulher de Ackman, Neri Oxman, que até então não havia entrado na controvérsia. Para piorar, deu um prazo curto para que Neri Oxman se pronunciasse sobre as acusações.

Convencido de que a reportagem partiu de fontes dentro do MIT interessadas em tirar a credibilidade de suas críticas à instituição, Ackman contra-atacou: lançou uma iniciativa para revisar as publicações acadêmicas de todos os professores do MIT em busca de evidências de plágio.

"Todo professor universitário sabe que, uma vez que o seu trabalho for alvo da Inteligência Artificial, eles vão ser removidos. Nenhum exemplar de trabalho escrito na academia é capaz de sobreviver ao trabalho da Inteligência Artificial, buscando por aspás omitidas, falhas em parafrasear corretamente, e/ou a falta de crédito adequado ao trabalho de outros", ele escreveu, ao anunciar o projeto.

Ainda não está claro como a iniciativa vai funcionar — a universidade tem mais de mil professores. O bilionário também se disse disposto a investir em startups que usem inteligência artificial para detectar casos de plágio.

Ackman também prometeu estender a varredura a outras universidades de elite: "Não foi apenas o corpo docente do MIT que não dormiu na noite passada. Os professores, os membros do conselho diretivo e a liderança administrativa de Harvard também não dormiram. Por que parariamos no MIT? Não precisamos fazer um mergulho profundo na integridade acadêmica em Harvard também? E Yale, Princeton, Stanford, Penn, Dartmouth? (...) Embora façamos uma revisão detalhada do

plágio no MIT, não seremos os únicos a fazê-lo."

Mudança de prioridades

Na mesma mensagem publicada em seu perfil na rede social X, Ackman explicou como os ataques de 7 de outubro mudaram as suas prioridades. "Quando acordei na manhã de 7 de outubro, meu primeiro pensamento não foi que iria lançar um esforço para salvar o ensino superior de si mesmo. Eu tinha outras preocupações mais urgentes sobre o mundo, e ainda as tenho. Mas, como todos sabemos, o nosso sistema de ensino superior é extremamente importante, porque pode afetar e influenciar as mentes das nossas gerações mais jovens, e assim influenciar profundamente a vida de todos nós", ele publicou.

As contradições morais da elite acadêmica americana têm atraído outros nomes que não fazem parte da direita. Entre eles, estão figuras respeitadas dentro da academia, como o antropólogo Steven Pinker (de Harvard) e cientista político Tim Kuran (da Universidade de Duke). "Durante anos, os defensores da política de DEI falaram de uma plataforma moral elevada. Só os loucos poderiam ser contra a inclusão. A diversidade (conforme definida pelos especialistas em DEI) era evidentemente benéfica. Desde 7 de outubro, o patamar moral mudou. A política de DEI foi exposta como uma farsa", escreveu Kuran em 4 de janeiro.

Mas ninguém parece tão disposto a iniciar uma guerra contra o establishment universitário quanto Ackman, que já fez generosas doações ao MIT num passado recente.

O sistema de financiamento das universidades americanas explica o que está em jogo: embora sejam universidades particulares que cobram mensalidades altíssimas, as instituições de elite também dependem de doações dos seus ex-alunos mais ricos. Quando alguém influente no mercado financeiro questiona publicamente a credibilidade das instituições, o fluxo de recursos tende a diminuir.

A guerra de Bill Ackman contra o MIT é mais um sinal de que a esquerda radical americana pode ter ido longe demais.



[Voltar ao índice](#)



'As Marvels' fracassou nas bilheterias. | Foto: Divulgação/Laura Radford/Walt Disney Company

INDUSTRIA CULTURAL

Fracassos no cinema, ações em baixa, brigas políticas: o terrível ano da Disney

Por Omar Godoy

O primeiro dia de 2024 marcou a entrada em domínio público da primeira versão conhecida

do Mickey Mouse. Não o personagem de luvas brancas, calção vermelho e sapatos amarelos, onipresente na cultura popular. Mas, sim, o camundongo representado em preto e branco nos curtas-metragens ‘Plane Crazy’ (‘O Maluco do Avião’) e ‘Steamboat Willie’ (‘O Vapor Willie’), ambos lançados em 1928 e que também contam com a ratinha Minnie no “elenco”. Ou seja: a partir de agora, a imagem do ícone máximo da Disney, em sua aparição inaugural, está liberada para o uso sem a necessidade de permissão ou pagamento – como determina a lei norte-americana, que garante aos autores os direitos autorais de suas obras por 95 anos.

Em entrevista à rede de televisão CNN, Rebecca Tushnet, professora da Faculdade de Direito de Harvard e uma das maiores especialistas em patentes e marcas registradas, explica que

qualquer pessoa pode reinventar o Mickey de 1928 como quiser, porém é preciso ter cautela para não confundir o público. “Você realmente precisa criar coisas novas e ter certeza de que está se baseando em ‘Steamboat Willie’”.

Já existem, inclusive, dois projetos protagonizados pelo “velho Mickey” e produzidos fora da Disney prestes a chegar ao mercado. ‘Infestation: Origins’ é um videogame em que o jogador deve exterminar pragas criadas por personagens clássicos em versões bizarras. Já o longa-metragem Mickey Mouse’s Trap, definido como uma “comédia de terror”, traz um serial killer cujo método consiste em se fantasiar como o camundongo antes de matar suas vítimas.

Mas a expiração dos direitos autorais do Mickey é o menor dos problemas enfrentados pela Walt Disney Company no momento. Em 2023, ano das comemorações de seu centenário, a companhia viu seu domínio nos cinemas ser encerrado depois de oito anos consecutivos. Graças a filmes como ‘Super Mario Bros’, ‘Oppenheimer’ e ‘M3GAN’, a Universal Pictures liderou as bilheterias na temporada, com uma arrecadação global da ordem de US\$ 4,907 bilhões (R\$ 23,9 bilhões, na cotação atual).

Não que a Disney tenha amargado um fracasso. O estúdio chegou bem perto do rival, faturando US\$ 4,8 bilhões (R\$ 23 bilhões) e emplacando quatro títulos na lista dos dez mais vistos do ano. A perda do reinado, no entanto, é bastante simbólica para uma empresa que há anos vem sendo acusada de reciclar fórmulas batidas e,

principalmente, fazer concessões às políticas identitárias.

Seus dois maiores fiascos de 2023 dão razão aos críticos. A animação ‘Wish’, um conto de fadas recheado com todos os clichês imagináveis do gênero, estreou com a expectativa de arrecadar US\$ 50 milhões (cerca de R\$ 234 milhões) durante o feriado americano de Ação de Graças – contudo, não passou de R\$ 31 milhões (R\$ 154 milhões). ‘As Marvels’, por sua vez, bateu um recorde negativo: é a pior bilheteria da história do Universo Marvel. Protagonizado por um grupo de super-heroínas marcado pela “diversidade étnica”, o longa-metragem vendeu US\$ 197 milhões (R\$ 959 milhões) em ingressos no mundo todo. Um valor ridículo se comparado aos US\$ 264 milhões (R\$ 1286 bilhões) arrecadados por ‘O Incrível Hulk’ (2008), até então o

maior fracasso da Marvel (que ainda dava seus primeiros passos no segmento audiovisual e não havia sido comprada pela Disney).

Outro lançamento decepcionante da empresa em 2023, a versão live action (com atores reais) de ‘A Pequena Sereia’, combina o pior de dois mundos. Rechaça uma história para lá de conhecida e cede ao politicamente correto. O resultado? Desempenho comercial razoável nos EUA e abaixo do esperado nos mercados internacionais. No fim das contas, o filme ficou entre as dez maiores bilheterias globais, com uma arrecadação de US\$ 570 milhões (R\$ 2,8 bilhões) – no entanto, esperava-se quase o dobro disso, pois custou US\$ 400 milhões (R\$ 1,9 bilhão). Para se ter uma ideia, ‘Barbie’, da Warner, o longa campeão da temporada, fez US\$ 1,4 bilhão (R\$ 6,82 bilhões).

Além do excesso de lacração – responsável, há mais de uma década, pela crise nos quadrinhos da Marvel –, outra crítica recorrente aos produtos da companhia é a “obrigação” de assistir a todos os filmes e séries para entender o que se passa nas tramas. Uma tendência também observada nos títulos do universo de Star Wars, franquia igualmente adquirida pela Disney.

Sai Bob, entra Bob, volta Bob

Para os especialistas, os resultados da Walt Disney Company no ano de seu centenário poderiam ser bem piores. E só não foram por causa de uma troca no comando da empresa, efetuada em novembro de 2022. Em um movimento polêmico, comunicado aos acionistas e funcionários por e-mail, o conselho de administração substituiu o CEO Bob Chapek por seu antecessor, Bob Iger.

Considerado o responsável pela chamada “reinvenção da Disney” no final da década de 1990 (quando o estúdio voltou a produzir animações de sucesso, como ‘A Pequena Sereia’ e ‘O Rei Leão’), Iger também conduziu as operações de compra da Marvel e da LucasFilm (produtora da saga Star Wars). Passou o bastão em 2020 e chegou a anunciar sua aposentadoria, mas foi chamado de volta após Chapek se mostrar incapaz de administrar uma série de problemas. Entre eles a indecisão quanto à reabertura dos parques após o período mais agudo da pandemia e a queda de receita do serviço de streaming Disney+. E, acima de tudo, sua participação, avaliada como desnecessária, no debate público sobre uma lei da Flórida referente ao ensino de questões ligadas à orientação sexual e identidade de gênero para crianças.

Atendendo a pedidos de um grupo de funcionários da empresa, Chapek defendeu o projeto e acabou comprando uma briga com o governador republicano Ron DeSantis – que, como forma de retaliação, passou a lutar pela dissolução do distrito tributário especial independente da Disney no Estado, conhecido como Reedy Creek (uma espécie de “autogoverno” da companhia na região de Orlando).

Com Iger de volta ao comando, os ânimos se acalmaram. Mais do que isso: a empresa até fez um “mea culpa” pela guinada woke da última década. Em um comunicado recente à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, a Walt Disney Company admitiu que “enfrenta riscos relacionados ao desalinhamento com os gostos e preferências do público em termos de

entretenimento, viagens e produtos de consumo”.

“As percepções dos consumidores sobre a nossa posição em questões de interesse público, incluindo os esforços para alcançar alguns dos nossos objetivos ambientais e sociais, muitas vezes diferem amplamente e apresentam riscos para a nossa reputação e marcas”, também diz o documento. Para o advogado e cientista político Will Hild, diretor do Consumers' Research (tradicional entidade americana de proteção ao consumidor), esse reconhecimento por parte da Disney certamente terá impacto no ambiente de negócios do país.

“Isso causará um efeito em cascata por toda a América corporativa. Se é um problema para uma empresa tão grande e poderosa como a

Disney, então que desculpas terão os outros estúdios que lutam para fazer com que as pessoas vejam seus filmes woke?”, disse Hild, em entrevista à emissora de televisão Fox News.

No início de dezembro, o próprio Bob Iger sinalizou para o fim da era politicamente correta na companhia. Durante a última edição do DealBook Summit, evento anual promovido pelo jornal The New York Times com CEOs e líderes globais, ele fez questão de colocar a diversão acima das “mensagens”.

“Nosso principal objetivo na criação e conteúdo é entreter. E a boa notícia é que existe um mercado que exige entretenimento. O que aconteceu durante um período, e foi crescendo até atingir um pico enquanto eu estava fora, é

que os criadores perderam de vista qual deveria ser o seu objetivo número um”, afirmou.

Investidor octogenário luta para “recuperar a mágica” da Disney

Mas Bob Iger não é uma unanimidade em sua segunda passagem à frente da Walt Disney Company. Ele está no centro de uma disputa acionária puxada pelo lendário investidor Nelson Peltz, de 84 anos, dono da Trian Fund Management.

Conhecido pela postura anti-woke e por promover mudanças de gestão em empresas como Unilever, Heinz, DuPont e P&G, ele tenta, desde o ano passado, garantir um assento no conselho de administração da Disney. Para Peltz, detentor de cerca de US\$ 3 bilhões (R\$

14,6 bilhões) em ações, a companhia está em crise desde 2019 – e somente a busca pelo sucessor de Iger poderá “recuperar sua mágica”.

Apesar de ser assumidamente conservador e frequentemente fazer doações ao Partido Republicano, o investidor octogenário sempre reforça que prefere os lucros à política. “Qualquer coisa de centro-direita e centro-esquerda serve para mim. Isso funcionou desde sempre neste país, até termos esses políticos que tentam nos empurrar para os extremos, que são desconfortáveis”, disse, certa vez, em um perfil publicado pelo jornal Financial Times.

Na última quarta-feira (3), Peltz sofreu um revés em sua campanha por mais participação na Disney. Segundo a agência de notícias

Reuters, os fundos ValueAct Capital e BlackWells Capital anunciaram seu apoio ao grupo de Bob Iger, e vão colaborar com ele na elaboração de estratégias e votando a favor de conselheiros de sua confiança.

A julgar por sua fama, Nelson Peltz já deve estar calculando sua nova jogada contra Iger. Como disse um de seus amigos de infância, na já citada matéria do Financial Times: “Nelson sempre prefere conquistar você com seu entusiasmo e otimismo. Mas, como todo verdadeiro garoto do East New York [bairro pobre onde Peltz cresceu], ele não fugirá de uma briga se for o único caminho possível”.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Governo terá de contar novamente com socorro do STF para salvar MP da Reoneração](#)
- [Crimes violentos impulsionam debate no Senado para acabar com “saidinhas” de presos](#)
- [Angra 3: desativar usina nuclear custa mais caro do que terminar obra de quase 40 anos](#)
- [Medidas adotadas pelo STF contra réus do 8 de janeiro rompem garantias constitucionais](#)
- [Grandes lojas da Califórnia agora são obrigadas a ter brinquedos de gênero neutro](#)
- [Tradicionalista, Igreja Ortodoxa cresce graças aos fiéis mais jovens](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice